

## O SENTIMENTO NO MONISMO DE TRIPLO ASPECTO: PROBLEMAS E INCERTEZAS

*Saulo de Freitas Araujo*<sup>1</sup>

O artigo de Alfredo Pereira Jr. é um texto realmente instigante, no sentido de obrigar o leitor a refletir sobre a noção mesma de sentimento e do seu estatuto na ciência contemporânea. De fato, o tópico do sentimento, incluindo seu papel na determinação das ações humanas, é fundamental para qualquer teoria sobre a natureza humana. Dada a impossibilidade, porém, de fazer um comentário detalhado de cada parágrafo do texto, vou me ater aqui a alguns aspectos que me parecem cruciais para a proposta do autor. Meu objetivo principal é apontar alguns problemas de natureza teórico-conceitual que representam desafios e podem se constituir como obstáculos à realização de tal proposta.

Em primeiro lugar, há uma simplificação histórica excessiva, que pode induzir o leitor a uma compreensão equivocada das investigações anteriores sobre o tema. Ao longo de toda a história da psicologia, muitos autores têm criticado essa ênfase no aspecto puramente racional ou cognitivo da mente humana, defendendo claramente o sentimento como base para a vida mental. Wundt & James, por exemplo, foram defensores da base afetiva de toda a vida mental consciente (cf. JAMES, 1890/1981; WUNDT, 1911). Mesmo na tradição behaviorista, os processos afetivos nunca foram negligenciados. Por exemplo, Watson, Tolman e Skinner, cada um à sua maneira, estudaram sistematicamente as emoções, reconhecendo-as como fenômenos psicológicos por excelência, que deveriam ser explicados de acordo com seus respectivos modelos teóricos (cf. SKINNER, 1953; TOLMAN, 1923; WATSON, 1924). Além disso, os relatos verbais sobre a experiência de primeira pessoa nunca foram completamente eliminados, mas, ao contrário, foram incorporados àqueles modelos como dados empíricos válidos. É bem verdade que a psicologia cognitiva, baseada no modelo do processamento de informação, teve enormes dificuldades para lidar com o problema dos processos afetivos e sua ligação com a consciência, como fica claro nos principais livros de referência geral da área (e.g., EYSENCK & KEANE, 2005; STERNBERG, 2010), mas isso não significa que as emoções tenham sido

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: saulo.araujo@ufjf.edu.br

negligenciadas enquanto tais na psicologia como um todo, como é afirmado na introdução.

No que diz respeito à história da filosofia, o problema reaparece. A afirmação de que: “a tradição filosófica ocidental concebeu a consciência como processo de pensamento [...] no qual se configura um *Eu cognitivo* [...]” (p. 2)<sup>2</sup> é duplamente problemática. Primeiro, a valorização dos sentimentos como cerne da vida mental e como base das ações humanas não é algo raro na tradição filosófica ocidental. Antes e depois de Espinosa, muitos filósofos defenderam a autonomia da vida afetiva em relação à razão. Basta lembrar aqui a célebre frase de Hume, segundo a qual “a razão é, e deve ser, apenas a escrava das paixões, e não pode aspirar a outra função além de servir e obedecer a elas” (HUME, 1739/2001, p. 451). Segundo, a referência ao *cogito* cartesiano e ao *Eu transcendental* de Kant como uma espécie de “Eu cognitivo” que se contrapõe a um “Eu sentiente” da biologia contemporânea me parece conceitualmente equivocada, pois confunde os planos lógico e psicológico. O sujeito epistêmico, tanto em Descartes quanto em Kant, não é o sujeito psicológico de carne e osso, mas apenas um sujeito formal, abstraído de todas as suas características empíricas, que condiciona todo o processo de conhecimento. Por outro lado, isso não significa que Descartes e Kant tenham desconsiderado a consciência empírica e sua relação com os sentimentos. Tanto *As Paixões da Alma* (DESCARTES, 1649/1953) quanto a *Antropologia de um Ponto de Vista Pragmático* (KANT, 1798/2000) são exemplos claros da valorização e da influência dos afetos na vida mental e nas ações humanas.

Desfeita, pois, a simplificação histórica e tomando em conjunto a história da psicologia e da filosofia, a proposta do monismo de triplo aspecto para o estudo dos sentimentos soa bem menos radical e inovadora do que parece à primeira vista.

Ainda que seja possível afirmar que os problemas de natureza histórica acima levantados são periféricos e facilmente contornáveis em uma apresentação mais sistemática da proposta teórica em questão, o mesmo não pode ser dito sobre a segunda classe de problemas que passo agora a ressaltar. Trata-se agora de dificuldades conceituais trazidas pela inserção da consciência e do sentimento na natureza, que é parte essencial do Monismo de Triplo Aspecto (MTA), tal como concebido por Pereira Jr. (2013). De acordo com o autor, existe uma única realidade – a natureza – que se manifesta em três aspectos distintos: o físico, o informacional e o consciente. Desta

---

<sup>2</sup> As referências que apresentam apenas a numeração de página dizem respeito ao artigo de Alfredo Pereira Jr. que é objeto de comentário nessa edição da *Kínesis*.

forma, “a experiência consciente é um aspecto fundamental da realidade, que não pode ser nem separada nem reduzida aos outros dois aspectos” (PEREIRA JR., 2013, p. 300). É nesse contexto que Pereira Jr. insere o sentimento, relacionando-o com a consciência. Para ele, “os sentimentos emergem a partir de processos cognitivos, quando os conteúdos da informação são *sentidos*, e se tornam conscientes” (p. 3, itálico no original). Aqui, torna-se evidente que o MTA e sua teoria da consciência/afetividade dependem em algum grau da noção de emergência, já que, por princípio, ele postula a irreduzibilidade dos três aspectos, sem abrir mão do naturalismo. No entanto, ao contrário do que era de se esperar, o texto não aborda o problema da emergência. Por exemplo, não fica claro se o emergentismo implícito no MTA é do tipo fraco ou forte, com todas as implicações decorrentes de tal escolha (STEPHAN, 1999). Tampouco fica claro como a questão da causalidade descendente (*downward causation*), fundamental para qualquer discussão sobre processos emergentes na filosofia da mente (cf. BEDAU, 2008; KIM, 1992), se aplicaria ao caso dos sentimentos. Afinal, se os sentimentos não tivessem nenhum poder causal, eles seriam meros epifenômenos, algo que contraria os princípios do MTA. Da mesma forma, não há qualquer indicação no texto de como a tese da emergência dos sentimentos (e da consciência) poderia satisfazer pelo menos alguns dos requisitos básicos para o uso adequado do conceito de emergência, tal como foram propostos por Hoyningen-Huene (2011). Na ausência de uma discussão pormenorizada e de exemplos mais concretos, a simples menção à noção de emergência transforma-se em um conceito muito vago e genérico, como eu observei anteriormente em relação ao caso de Searle (ARAUJO, 2013).

A segunda dificuldade conceitual diz respeito à relação entre consciência e sentimento. De acordo com Pereira Jr., ambos são idênticos, uma vez que um é definido pelo outro: “quando o conteúdo informacional dos processos cognitivos é sentido ocorre a consciência” (p. 13). Ou seja, não há sentimento sem consciência e nem consciência sem sentimento. Acontece que o autor restringe toda a discussão dos processos conscientes à consciência fenomenal (*phenomenal awareness*), incluindo aí a questão dos *qualia*, mas não há nenhuma menção a outros aspectos da consciência que vem sendo sistematicamente estudados na filosofia da mente e na ciência cognitiva, como a consciência de acesso (cf. BLOCK, 1995; GÜZELDERE, 1997). Desta forma, seria mais adequado dizer que o MTA apresenta uma teoria da consciência fenomenal, mas não uma teoria da consciência em geral. Mas não é só isso. Se o critério para atribuir sentimento a um sistema é a sua capacidade de ter a sua estrutura física/material afetada

pela própria informação que ele processa, então fica difícil sustentar a tese de que todo sentimento é consciente, pelo menos no nível mais básico das sensações e do processamento de informação. A psicologia cognitiva experimental e a neurociência cognitiva têm mostrado evidências empíricas convincentes, através do método do *priming*, de que existe um nível inconsciente de processamento e interpretação da informação que afeta as operações materiais do sistema (OCHSNER, CHIU, & SCHACTER, 1994; FROUFE, 1997; SCHMIDT & VORBERG, 2006). Essas evidências empíricas colocam em dificuldade a tese da identidade entre sentimento e consciência, tal como estabelecida pelo MTA.

Ainda em relação à definição de sentimento, há no texto um equívoco lógico, quando Pereira Jr. afirma que “um evento é transportado para nosso cérebro por meio de sinais informacionais, e nosso cérebro [...] interpreta o significado da informação e reage ao conteúdo da mesma com um sentimento” (p. 8). Ora, se levarmos em consideração a própria afirmação seguinte do autor, segundo a qual “os sentimentos são exclusivos à perspectiva de primeira pessoa” (p. 13), fica claro que na primeira passagem há uma confusão entre o cérebro e a pessoa. Afinal, é a pessoa que interpreta e sente as coisas, não o cérebro (ARAÚJO, 2012). Em outras palavras, trata-se aqui de uma falácia mereológica, tal como definida por Bennett e Hacker (2003).

Isso nos leva à terceira dificuldade conceitual: a ausência de uma discussão sobre o lugar dos processos volitivos no MTA. Se o sentimento é o elemento definidor da consciência, então seria de se esperar que os processos volitivos fossem tratados como derivações secundárias dos processos afetivos. No entanto, na classificação dos sentimentos apresentada no texto não há qualquer menção à dimensão volitiva da consciência. O leitor se vê, então, diante de uma incerteza: ou o MTA pretende deslocar os processos volitivos para a esfera do inconsciente ou ele aceita a existência de processos volitivos conscientes. No primeiro caso, ele terá que apresentar uma outra explicação para as evidências empíricas trazidas pela psicologia cognitiva contemporânea, como, p. ex., aquelas relativas aos estudos do raciocínio e da tomada de decisões (EYSENCK & KEANE, 2005; STERNBERG, 2010). No segundo, ele terá que reduzir os processos volitivos aos afetivos ou então abandonar a tese da identidade entre o sentimento e a consciência. Seja como for, será necessário abordar esse problema no futuro.

O último aspecto que eu gostaria de ressaltar é o da relação da teoria dos sentimentos no MTA e os dados empíricos da neurociência contemporânea. Pereira Jr.

cita uma série de evidências recentes sobre o papel das células gliais na atividade mental como um todo. Mais adiante, afirma que “na perspectiva sugerida por estes resultados, os correlatos da consciência devem ser identificados no domínio das *interações neuro-astrocitárias* (p. 17, itálicos no original). Ora, se as células gliais estão envolvidas nas atividades mentais como um todo, não há motivo para buscar nelas os correlatos específicos da consciência. Além disso, não fica claro em que sentido o MTA depende dessas evidências neurocientíficas para se manter como teoria da mente, uma vez que em nenhum momento da caracterização dos sentimentos houve uma indicação de como essa teoria deveria se relacionar com os dados empíricos da neurociência.

Em suma, eu penso que o MTA, no seu estado atual, é uma hipótese ousada, que pode impulsionar um programa de pesquisa. No entanto, para que os dados empíricos possam ter relevância teórica, é preciso que o MTA se desenvolva teoricamente, no sentido de apontar claramente suas implicações empíricas. As questões aqui levantadas são apenas alguns exemplos de problemas a serem enfrentados no futuro por uma teoria mais amadurecida no plano conceitual. Há outras, que certamente já estão no horizonte de Pereira Jr, mas que as limitações de espaço me impedem de desenvolver aqui. Seja como for, o futuro do MTA depende de seu sucesso nesse processo de amadurecimento enquanto uma teoria da mente.

## Referências

- ARAÚJO, S. F. Materialism's eternal return: recurrent patterns of materialistic explanations of mental phenomena. In: MOREIRA-ALMEIDA, A.; SANTOS, F. S. (Eds.). *Exploring frontiers of the mind-brain problem* New York: Springer, p. 3-15, 2012.
- \_\_\_\_\_. Searle's new mystery, or, how not to solve the problem of consciousness. *Rivista Internazionale di Filosofia e Psicologia*, v. 4, n. 1, p. 1-12, 2013. BEDAU, M. Downward causation and autonomy in weak emergence. In: BEDAU, M.; HUMPHREYS, P. (Eds.). *Emergence: Contemporary readings in philosophy and science*. Cambridge, MA: The MIT Press, p. 155-188, 2008.
- BENNETT, M. R.; HACKER, P. M. *Philosophical foundations of neuroscience*. Malden, MA: Blackwell, 2003.
- BLOCK, N. On a confusion about a function of consciousness. *Behavioral and Brain Sciences*, v. 18, n. 2, p.227-287, 1995.
- DESCARTES, R. Les passions de l'ame. In: BRIDOUX, A. (Ed.). *Descartes: Oeuvres et lettres*. Paris: Gallimard, p. 691-802, 1953. (Trabalho original publicado em 1649).
- EYSENCK, M.; KEANE, M. *Manual de psicologia cognitiva*. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- FROUFE, M. *El inconsciente cognitivo: la cara oculta de la mente*. Madrid: Biblioteca Nueva, 1997.

- GÜZELDERE, G. The many faces of consciousness. In: BLOCK, N.; O. FLANAGAN, O.; GÜZELDERE, G. (Eds.), *The nature of consciousness*. Cambridge, MA: The MIT Press., p. 1-67, 1997.
- HOYNINGEN-HUENE, P. Emergenz: Postulate und Kandidaten. In: GREVE, J.; SCHNABEL, A. (Eds.). *Emergenz*. Frankfurt: Suhrkamp, p. 37-58, 2011.
- HUME, D. *Tratado da natureza humana*. São Paulo: Editora UNESP. 2001. (Trabalho original publicado em 1739).
- JAMES, W. *The principles of psychology*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1981. (Trabalho original publicado em 1890).
- KANT, I. *Anthropologie in pragmatischer Hinsicht*. Hamburg: Meiner, 2000. (Trabalho original publicado em 1798).
- KIM, J. “Downward causation” in emergentism and non-reductive physicalism. In: BECKERMANN, A.; FLOHR, H.; KIM, J. (Eds.). *Emergence or reduction? Essays on the prospects of nonreductive physicalism*. Berlin: de Gruyter, p. 119-138, 1992.
- OCHSNER, K. N.; CHIU, C. Y.; SCHACTER, D. L. Varieties of priming. *Current Opinion in Neurobiology*, v. 4, n. 2, p. 189-194, 1994.
- PEREIRA JR., A. Triple-aspect monism: A conceptual framework for the science of human consciousness. In: PEREIRA JR., A.; LEHMANN, D. (Eds.). *The unity of mind, brain and world*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, p. 299-337, 2013.
- \_\_\_\_\_. O Conceito de Sentimento no Monismo de Triplo Aspecto. *Kínesis*, Edição Especial – Debate, v. 7, n. 15, p. 1-24, 2015.
- SCHMIDT, T.; VORBERG, D. Criteria for unconscious cognition: Three types of dissociation. *Perception & Psychophysics*, v. 68, p. 489-504, 2006.
- SKINNER, B. F. *Science and human behavior*. New York, NY: Macmillan, 1953.
- STEPHAN, A. Varieties of emergentism. *Evolution and Cognition*, v. 5, n. 1, p. 49-59, 1999.
- STERNBERG, R. J. *Psicologia cognitiva*. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
- TOLMAN, E. C. A behavioristic account of the emotions. *Psychological Review*, v. 30, n. 3, p. 217-227, 1923.
- WATSON, J. B. *Behaviorism*. London: Kegan Paul, 1924.
- WUNDT, W. *Grundzüge der physiologischen Psychologie*, v. 3, 6<sup>a</sup> ed. Leipzig: Engelmann, 1911.